



**A *PLANTATION* AÇUCAREIRA NO NORDESTE DO BRASIL E A
CARTOGRAFIA MENTAL DOS TRABALHADORES NO
MUNDO DOS ENGENHOS
(PERNAMBUCO, SÉCULO XX)**

JOSÉ MARCELO MARQUES FERREIRA FILHO*

Resumo: Este artigo se propõe a discutir a *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil a partir de um enfoque espaciotemporal que não a encara simplesmente como uma somatória de elementos ambientais e sociais, mas como fruto de um único e complexo sistema de interações ambientais e sociais no curso de sua própria história. Baseado numa análise que cruza referências da literatura com dados cartográficos e relatórios do Governo do Estado de Pernambuco acerca das condições de vida na zona canavieira, ele discute, numa perspectiva histórica, o papel das formas espaciais na composição da cartografia mental dos trabalhadores no mundo dos engenhos. Defendo que contrária às tendências do próprio dinamismo – no momento em que se convertera em norma e seu modelo fora reproduzido (sem alterações em sua essência) em amplas áreas – a organização espacial da *plantation* exerceu, em seu curso, importante papel na estruturação e ordenamento compulsivo da chamada “civilização do açúcar” e nas formas da classe trabalhadora perceber o espaço. A *plantation*, vista como um conjunto de objetos organizados e acionados segundo uma lógica específica, determinava a estrutura de suas partes constituintes. Dentro dela, por exemplo, os engenhos eram a projeção espacial de relações de poder desiguais instituídas ao longo da história: territórios definidos pelo poder de quem neles mandavam e controlavam, e pela submissão de quem neles viviam e trabalhavam. Considerado em seu todo, o artigo argumenta que a história social do trabalho – ou qualquer estudo histórico a respeito das condições de vida no mundo do trabalho – é impensável fora de uma análise ambiental, uma vez que, como afirmou Milton Santos, “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”.

A influência dos fatores ambientais nas lutas de classe tem sido pouco explorada no âmbito da história social do trabalho. A idéia de que a compreensão do espaço constitui elemento fundamental na análise dos embates trabalhistas (seja na cidade ou nas áreas rurais) é ainda pouco debatida nesse campo historiográfico. Por outro lado, e da mesma forma, o mundo do trabalho permanece periférico para muitos historiadores ambientais que negligenciam seu papel central na criação de estruturas produtivas, na acumulação de capital e nas mudanças ambientais que afetam a sociedade como um todo.

* Doutorando em História pela UFPE com pesquisa financiada pela CAPES. Professor de História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Embora, à primeira vista, o abismo entre estas duas formas de construir a história pareça imensa e quase insuperável, alguns estudiosos provaram que não apenas é possível, mas indispensável, associar trabalho e ambiente. Warren Dean (2004), Steve Marquardt (2002), Richard White (1995), David Harvey (1998, 2005), John Soluri (2000), Gunther Peck (2006) e Thomas Rogers (2010) (este último para o caso específico do Nordeste açucareiro) são exemplos de autores que buscaram construir conexões entre estes dois níveis, de fato inseparáveis.

No Brasil, contudo, a recíproca influência entre ambiente e relações sociais no mundo do trabalho permaneceu sem discussões mais aprofundadas entre os historiadores. Mesmo aqueles que investigam as condições de vida e trabalho no mundo rural raramente incorporam os fatores ambientais e as configurações espaciais em suas análises, ou focam nas interações entre os trabalhadores e o ambiente no qual exercem suas atividades.

Em outros termos, as análises históricas vêm sofrendo simplificações, reduzindo o uso das fontes a um caráter meramente ilustrativo e desprezando as especificidades ambientais locais. A incapacidade de decodificar as singularidades de cada âmbito de pesquisa, bem como os limites que a geografia impõe aos grupos sociais, tem produzido generalizações a respeito da suposta história dos trabalhadores no Brasil. Em algumas ocasiões a história social do trabalho é confundida com a história da classe operária; em outras, a história local é confundida com a história do Brasil. As discussões sobre termos e conceitos (consciência de classe, por exemplo) descartam, em muitos casos, o estudo concreto das relações sociais e das condições de possibilidade (também ambientais) de ações efetivas por parte dos grupos explorados. Os quadros teórico-conceituais (como os fornecidos pela obra de E. P. Thompson e utilizados na maioria dos estudos recentes em história social da classe operária, por exemplo), são, por vezes, abstratos e especulativos para servir de referencial incontestado em determinados contextos históricos. Nesse sentido, os modelos de análises adotados como ‘arquétipos’ para estudos a respeito da classe operária urbana no Brasil encontram profundas limitações em outros contextos como o mundo dos engenhos no Nordeste do Brasil.

Uma vez que toda história deve ser construída a partir de realidades ambientais específicas e experiências concretas que circunscrevem escolhas individuais e coletivas, a proposta central do presente texto é, em sentido geral, defender a aproximação dos

campos da história ambiental e do trabalho nos estudos acerca da *plantation*² açucareira no Nordeste do Brasil. Para tanto, procurei discutir, especificamente, como o ambiente e as formas geográficas – associadas aos atos normativos de violência instituída – influíam na percepção que os *moradores de engenho* tinham do espaço açucareiro.

Não se pode compreender a história do trabalho na zona canavieira no Nordeste do Brasil, bem como as formas de resistência dos *moradores de engenho*, desprezando suas características ambientais. Os limites geográficos impostos pela cana de açúcar (na verdade, o secular modelo econômico de exploração da força de trabalho adotado por empresas privadas) concentravam centenas de milhares de trabalhadores em diversos territórios semifechados, distantes das autoridades públicas e controlados por milícias armadas. Mesmo sem muros e arames farpados, como nos sistemas concentracionários clássicos inglês, nazista e soviético, os engenhos exerciam controle quase absoluto sobre a força de trabalho e definiam a organização social no seu interior (trabalho, moradia e alimentação, práticas religiosas, festas, lazer etc.). De forma quase ‘natural’, sua localização nas zonas mais longínquas dos centros de poder do Estado criava obstáculos de acesso quase intransponíveis.

O complexo sistema açucareiro no Nordeste do Brasil, herdeiro dos tempos da colônia, não se manteve por tanto tempo sobre felizes convergências de circunstâncias. Sem determinismos geográficos («*sans distance pas de géographie*»), a gestão e a percepção das distâncias entre o mundo dos engenhos e a sociedade externa foi condição *sine qua non* na conservação da liberdade como contingência e na própria organização espacial da *plantation* ao longo dos séculos. Enquanto princípio organizador do espaço, associado à orientação (direção) e conexão (posição relativa), o arranjo das distâncias que mantinham o isolamento dos engenhos foi fator preponderante na sustentação do sistema de dominação canavieiro e na composição da paisagem açucareira. Mas, é importante que se diga: as distâncias as quais me refiro,

² Todas as vezes que o termo *plantations* (no plural) for empregado, ele fará referência às unidades produtivas particulares (engenhos). Sua forma singularizada, *plantation*, por seu turno, será sempre utilizada aqui para se referir ao espaço açucareiro como um todo, sua lógica produtiva, tipo de organização e modo de existir.

entre os engenhos e seu exterior, não seguiam apenas um referencial métrico absoluto,³ mas estavam vinculadas também a padrões culturais e históricos⁴ – à paisagem (CADAWALLER, 1976). Além das características do relevo, da rede hidrográfica, da cobertura vegetal, bem como do tipo de solo e do clima, da malha viária e ferroviária e do sistema de transporte que influíam na capacidade de se deslocar para dentro e/ou para fora das *plantations*; a violência física, os medos, a honra e as esperanças compunham, na mesma proporção que os elementos físicos do espaço, a percepção das distâncias e, portanto, também do próprio espaço em seu devir.

A *plantation* enquanto sistema espacial de dominação para o lucro funcionava com base numa combinação de fatores que – não apenas associados, mas em simbiose e formando uma rede – permitiam sua existência: *i*) a manipulação das formas espaciais, associada a *ii*) inoperância ativa do Estado, garantiam o isolamento da força de trabalho no interior dos engenhos. Estas, por sua vez, *iii*) facilitavam o uso da violência na extração do sobretrabalho e manutenção da dependência dos indivíduos. O medo gerado pela proliferação do clima de terror decorrente dos atos normativos de violência *iv*) garantiam a imobilização dos indivíduos que, em associação com todos os fatores anteriores, *v*) sustentavam o sistema de exploração.

Do ponto de vista físico, a *plantation* era constituída de duas partes básicas: o mundo externo e o mundo dos engenhos. Na primeira, se encontravam as sedes municipais e a maior parte dos serviços essenciais como hospitais, postos médicos, escolas, delegacias, bancos, mercados livres... Era no mundo externo também onde o sistema público de transporte atendia o maior número de pessoas porque, dentre outros

³ “A noção de distância, na forma em que é utilizada nas teorias correntes, é uma categoria de emprego uniforme, como se todas as instituições e todas as firmas tivessem permanentemente e totalmente à sua disposição a rede de transportes; como se todos os homens fossem capazes de utilizar todas as estradas e todos os veículos, sob condições idênticas. Todos sabemos que os homens não dispõem da mesma mobilidade. Para muitos homens, essa ideia deveria ser enunciada de outra forma: os homens não são igualmente moveis, nem igualmente imóveis. A noção de distância não tem significação se não se faz referência à estrutura de classes e ao ‘valor’ dos lugares, tanto para os indivíduos como para o capital” (SANTOS, 1978: 104).

⁴ “Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território” (RAFFESTIN, 1993: 150-151).

motivos, ele contava com uma rede mais ampla de rodovias pavimentadas. Separado do primeiro por uma fronteira invisível, o mundo dos engenhos, por seu turno, era constituído basicamente por unidades produtivas isoladas, formando verdadeiras ilhas nos imensos canaviais. Acessíveis apenas por vias não pavimentadas, de difícil locomoção e que formavam verdadeiros labirintos, esses engenhos concentravam centenas de milhares de indivíduos. Nesse mundo quase inacessível, cuja economia fechada tornava os *moradores* clientes *cativos*, violência e miséria se sobressaíam como seus traços reconhecidamente mais característicos.

Em 1987, por exemplo, o Governo do Estado de Pernambuco estimava que cerca de trezentas mil pessoas ainda morassem nos engenhos e agrovilas apenas na metade sul da Zona da Mata. Segundo um relatório divulgado pela Delegacia de Planejamento do Estado, os engenhos eram “povoados ilhados pela cultura da cana de açúcar (...), ‘deposito’ de mão de obra da reserva cativa”, cujo acesso viário ao complexo canavieiro, em regra geral, “[era] precário, com estradas carroçáveis, intransitáveis nos períodos chuvosos, isolando os povoados, por períodos que duravam até seis meses” (PERNAMBUCO, 1987). Além disso, o documento acrescentava: com a tomada dos pequenos e excepcionais sítios, onde se cultivava lavoura de subsistência, a única fonte de abastecimento existente era o barracão, cujo sistema automático de débitos tornava os trabalhadores “clientes cativos”.

Um decênio antes, os antropólogos do Museu Nacional no Rio de Janeiro haviam constatado que para a maioria dos trabalhadores no Nordeste açucareiro, os engenhos eram como *cativeiros* (SIGAUD, 1979: 205-217). Em Pernambuco, eles próprios admitiam as dificuldades que enfrentavam para sair das ‘ilhas do açúcar’: “Não, eu não podia sair não! O pessoal lá, pra sair, era o maior sacrifício. Tinha que falar com o administrador, que ia sair pra outro canto: onde ia, o que era que ia fazer... e naquele tempo era o cativeiro...” (DABAT, 2012: 692). Na Paraíba, como demonstrou o antropólogo Afrânio Raul Garcia, o sistema de controle exercido pelos engenhos e usinas parece ter sido semelhante: “em 1976-77, encontravam-se ainda membros das famílias dos moradores, sobretudo as mulheres, que jamais haviam saído dos limites da propriedade” (GARCIA, 1989: 46). Em Alagoas, “nos dias de trabalho, ou seja, durante a semana, só era permitido ao morador sair do ‘engenho’ quando mandado, por qualquer motivo, pelo próprio ‘senhor de engenho’” (HEREDIA, 1988).

A *plantation*, no entanto, não se resumia a sua aparência, as suas formas espaciais, e como elas afetavam o cotidiano dos indivíduos. Enquanto modo de existir, de ser no mundo, ela congregava também elementos não palpáveis, mas nem por isso menos concreto: os medos, as hesitações, a honra, a altivez, o poder... Na paisagem mental dos trabalhadores, as noções de distância entre os engenhos e seu exterior não eram reduzidas a simples relação geométrica entre dois pontos (os engenhos e as cidades, por exemplo) (DOWNS & STEA, 1973). Para a força de trabalho que vivia em seu interior, a distância entre esses dois mundos variava de acordo com *i*) as características e condições das vias; *ii*) o tempo e o esforço gasto na viagem; *iii*) suas noções de rotas, localização e direção; *iv*) os modos e meios de deslocamentos, e seu custo, em função da renda (MONTELLO, 1997), de sua situação na escala socioeconômica, das oportunidades e de sua posição no espaço; *v*) as consequências advindas da decisão de sair sem consentimento dos patrões ou para deles se queixarem nos órgãos públicos da cidade (Justiça do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Sindicatos)... Ou seja, a violência e os medos compunham a paisagem açucareira tanto quanto a ecologia e a configuração territorial do espaço.

Na *plantation*, a distância quilométrica não era uma variável independente (GALLAIS, 1998). Mesmo se considerássemos apenas os elementos perceptíveis aos olhos verificaríamos que, fazendo uma decupagem das vias que ligavam os engenhos ao mundo exterior, poucos trechos eram asfaltados ou transitáveis em períodos chuvosos; além das próprias características do relevo que tornavam a distância entre um ponto A (na parte baixa do vale) e B (no cume da montanha) maiores do que se invertêssemos o sentido, do ponto B para o A (NICOLAS, 2001). Na zona canavieira essas questões também eram particularmente importantes na medida em que as condições do terreno estavam sempre mudando de acordo com as estações do ano. Em última instância, a distância real entre o mundo interno e externo dos engenhos era sempre maior do que a métrica euclideana era capaz de mensurar.

A estrutura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil, portanto, era formada tanto por vales, montanhas e rios, quanto pelas péssimas estradas que interligavam os dois mundos e pelos medos que compunham os mapas cognitivos daqueles que viviam em seu interior e influíam em sua maneira de perceber isso tudo. Nesse sentido, a construção mental da percepção do espaço pelos trabalhadores perpassava, também, por suas experiências com a violência. Seus mapas cognitivos

eram “versões mentais [sofisticadas] de um mapa cartográfico” (MONDSCHHEIN; BLUMENBERG & TAYLOR, 2005), mas recheados de elementos impossíveis de serem representados em qualquer carta geográfica convencional. Enquanto construção mental, entretanto, “o mapa cognitivo não [era] uma representação fotográfica ou sem falhas do espaço físico” (MONDSCHHEIN; BLUMENBERG & TAYLOR, 2005); ele era formado tanto por elementos objetivos quanto subjetivos.⁵ As experiências, individuais e/ou coletivas, dos trabalhadores com a violência, o medo e a coerção eram incorporadas a esse processo. A física do terreno representava apenas uma parte dos inúmeros obstáculos que precisavam ser vencidos para que o mundo externo dos engenhos fosse acessado. Na maioria dos casos, as distâncias representadas nos mapas mentais poderiam parecer bem maiores do que seriam em termos absolutos, num referencial puramente métrico. Ademais, o processo de delineamento desses mapas e, da mesma forma, a decisão de tentar sair ou não do mundo fechado dos engenhos, dependia ainda de variáveis como a idade dos indivíduos; sua posição relativa na hierarquia do engenho; sua relação com os patrões; sua condição conjugal e familiar; número de filhos; acesso ao sítio...

Esse breve texto buscou tecer algumas considerações a respeito das lacunas e limitações enfrentadas pela história social do trabalho no Brasil no que se refere à premissa básica do saber historiográfico: as realidades históricas se diferenciam no tempo e no espaço. Mais especificamente, atentou para a importância de a historiografia considerar os fatores ambientais como elementos relevantes de análise.

Mesmo nos estudos sobre o operariado urbano, a compreensão de como as classes se organizam espacialmente e como o ambiente delinea os contornos e possibilidades de ações efetivas de greve, passeatas e outras manifestações passa, ou deveria passar, por um estudo que ao menos tangencie os imperativos geográficos. Não

⁵ Segundo Jacques Lévy: “Podemos ir mais longe e tentar produzir mapas capazes de transcrever a diversidade das velocidades, sem nos atermos aos mapas isócronos de origem única ou à multiplicidade das práticas espaciais que vão além das “cartas mentais” habituais. Reconheçamos que o desafio cognitivo é formidável e que estamos entrando aqui em um terreno delicado. A utilização de todos os recursos intelectuais disponíveis em geografia, é claro, mas também em matemática (topologia e pretopologia, fractais), em engenharia dos transportes (análise das redes) ou em ciências cognitivas, é indispensável” (LÉVY, 2008: 166).

se trata de investigar a natureza/geografia e, em separado, os conflitos de classe, mas de buscar compreender como essas duas esferas de interconectam.

A questão central aqui defendida, portanto, não está em saber se certa condição geográfica determinou a estrutura social, mas que traços de uma dada paisagem – seja diretamente apanhada pelos sentidos ou historicamente mantida – se explicam ou podem explicar-se pela ação contínua, positiva ou negativa, de uma forma específica de estruturação sócio-espacial.

Pensar as terras de açúcar como um espaço transtemporal que integra elementos naturais e históricos é tomá-las, então, não como um simples constructo mental ou, seu avesso, um lócus onde as relações entre os homens se davam. A dimensão espacial da *plantation* impõe à sua análise um ponto de vista mais holístico, que incorpore tanto elementos físico-naturais, quanto estruturais e sociais. A partir desse espaço – ao mesmo tempo condição, meio e produto de sua própria existência – os engenhos se proliferaram enquanto domínios territoriais instituídos para, por meio do controle absoluto sobre os corpos, garantir lucros ao setor agroindustrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CADAWALLER, M. T. “Cognitive distance in intraurban space”. In: MOORE, G. T. and GOLLEDG, R. G. (Editors). *Environmental Knowing*. Dowden, Hutchinson, & Ross, Stroudsburg, PA, 1976.

CARLOS, Ana Fani A. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2ª Ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DOWNS, R. M. and STEA, D. (eds.). *Image and Environment: Cognitive Mapping and Spatial Behavior*. Aldine Publishing Co., Chicago, 1973.

GALLAIS, Jean. “Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical”. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, N. 6, jul/dez de 1998.

GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis: Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablune, 2005.

HARVEY, David. *Justice, Nature, and the Geography of Difference*. London: Blackwell, 1998.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *Formas de Dominação e Espaço Social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LEFEBVRE, Henri. “Problemas de sociologia rural: la comunidad rural y sus problemas histórico-sociológicos”. In: *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, p. 1978.

LÉVY, Jacques. “Uma virada cartográfica?”. In: ACSELRAD, H (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 166.

LÉVY, Jacques. *L'espace legitime: sur la dimension spatiale de la fonction politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

MARQUARDT, Steve. “Pesticides, parakeets, and unions in the Costa Rican banana industry: 1938-1962”. In: *Latin American Research Review*. Vol. 37, No. 2 (2002), pp. 3-36.

MONDSCHHEIN, Andrew; BLUMENBERG, Evelyn & TAYLOR, Brian D. “Cognitive mapping, travel behavior, and access to opportunity”. In: *85th Annual Meeting of the Transportation Research Board*. August 1, 2005.

MONTELLO, D. R. “The perception and cognition of environmental distance: direct sources of information”. In: HIRTLE, S. C. and Frank, A. U. (Editors). *Spatial Information Theory: A Theoretical Basis for GIS*. Springer-Verlag, Berlin, 1997.

NICOLAS, Georges. “Distance Géographique”. In: *Ve rencontre de Théo Quant*. Février 2001.

PECK, Gunther. “The nature of labor: fault lines and common ground in environmental and labor history”. In: *Environmental History*. Vol. 11, No. 2 (Apr. 2006).

PERNAMBUCO, Governo do Estado. *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). Vol. I e II. 1987.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder* [1980]. São Paulo: Ática, 1993.

ROGERS, Thomas D. *The Deepest Wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. *Espaço e método* [1985]. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia* [1988]. Em colaboração com Denise Elias. 6ª Edição. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção* [1996]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SOLURI, John. "People, Plants, and Pathogens: the eco-social dynamics of export banana production in Honduras, 1875-1959". In: *Hispanic American Historical Review* 80, No. 3, 2000.

WHITE, Richard. *The Organic Machine: the remaking of the Columbia River*. New York: Hill and Wang, 1995.